

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANNAYANA SOARES BELMONTE

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ITAQUI

2023

ANNAYANA SOARES BELMONTE

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Vinicius Piccin Dalbianco

ITAQUI

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

b451i Belmonte, Annayana
A INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA /
Annayana Belmonte.
35 p.
Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
2023.
"Orientação: Vinicius Dalbianco".
1. educação. 2. inclusão. 3. A.E.E. I. Título.

ANNAYANA SOARES BELMONTE

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04 de julho de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Vinicius Piccin Dalbianco

Unipampa

Prof. Dra. Sandra Regina Coracini

Unipampa

Prof. Dr. Gabriel dos Santos Kehler

Unipampa

Dedico este trabalho a minha mãe e ao meu esposo pelo apoio nesta trajetória.

“As grandes ideias surgem da observação dos pequenos detalhes”.

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho explorar considerações acerca da educação inclusiva em uma escola do município de ITAQUI-RS. Para isso, realizar uma reflexão sobre os desafios e as perspectivas da inclusão de alunos com deficiência em salas de aulas regulares para entendermos a importância da inclusão nos dias de hoje.

Percebe-se que existe uma exclusão velada, muito comum em nossa sociedade, por isso devemos debater o tema em busca de um processo consistente onde se efetive realmente a inclusão. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e uma pesquisa de campo na escola em questão. Por meio de observações em sala de aula da escola, ficou evidenciado que há muito a se fazer para que seja efetivada, de fato, a inclusão de alunos especiais. Na pesquisa, ficou visível que professores que não fazem a inclusão na sala de aula com os demais alunos, fazendo sempre aulas diferenciadas para cada um desses grupos de alunos, os ditos normais e o aluno especial.

O trabalho se faz relevante academicamente uma vez que a educação inclusiva tem se revelado de extrema importância para que as crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais específicas desenvolvam competências e habilidades a serem utilizadas em seu cotidiano. A lei de educação inclusiva no Brasil exigiu a adequação do currículo de novos métodos pedagógicos, e de práticas pedagógicas. No entanto, em alguns contextos não há como ocorrer inclusão, pois professores realizam atividades diferenciadas, tanto para os alunos ditos normais como para os alunos com necessidades especiais. Nesta pesquisa observei que não há participação da turma como um todo, mas a separação entre os alunos em sala de aula, isso oportuniza para que não ocorra a inclusão entre os alunos, pois não se verificou atividades que sejam trabalhadas em conjunto, inviabilizando a tão esperada inclusão.

Palavras chaves: Educação Inclusiva. Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. Escola e Inclusão.

ABSTRACT

The present work explores considerations about inclusive education in a school in the city of ITAQUI-RS. To do this, reflect on the challenges and perspectives of including students with disabilities in regular classrooms to understand the importance of inclusion today. It is noticed that there is a veiled exclusion, very common in our society, so we must debate the theme in search of a consistent process where inclusion really takes place. A bibliographic review on the subject and a field research at the school in question were carried out. Through observations in the school's classroom, it became clear that there is much to be done to effectively include special students. In the research, it was visible that teachers who do not make the inclusion in the classroom with the other students, always doing different classes for each of these groups of students, the so-called normal and the special student. The work becomes academically relevant since inclusive education has proved to be extremely important for children, adolescents and adults with specific educational needs to develop skills and abilities to be used in their daily lives. The inclusive education law in Brazil required the adaptation of the curriculum to new pedagogical methods and pedagogical practices. However, in some contexts there is no possibility of inclusion, as teachers carry out different activities, both for so-called normal students and for students with special needs. In this research, I observed that there is no participation of the class as a whole, but the separation between the students in the classroom, this makes it possible for the inclusion among the students not to occur, since there were no activities that are worked together, making the so-called expected inclusion.

Keywords: Inclusive Education. Person with Special Needs. School and Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia da infraestrutura da escola mostra como é a entrada da sala de AEE dessa escola.....	21
Figura 2 – Fotografia dos aspectos do interior da sala de aula onde são ministradas as aulas aos alunos.....	21
Figura 3 – Fotografia de outra imagem de demonstra como é disposta a sala de aula.....	22
Figura 4 – Fotografia do tapete emborrachado utilizado para dar aula no chão.....	22
Figura 5 – Fotografia nota-se que essa sala possui um estande com jogos didáticos e um ar-condicionado.	23
Figura 6 – Fotografia da mesa do computador utilizada para realização de atividade on-line.....	24
Figura 7 – Fotografia da execução da atividade de problemas matemáticos.....	27
Figura 8 – Fotografia do material utilizado para fazer a avaliação.....	28
Figura 9 – Fotografia da aluna executando a atividade	29
Figura 10 – Fotografia do método de avaliação CONFIAS.	30
Figura 11 – Fotografia da atividade de raciocínio lógico.....	31
Figura 12– Fotografia da atividade de noção de espaço através de contornar com tinta uma imagem.....	31
Figura 13– Fotografia da atividade de reconhecimento de imagens.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

RS-Rio Grande do Sul

Art.- Artigo

CDPD-Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LBI-Lei Brasileira de Inclusão

AEE-Atendimento Educacional Especializado

MEC-Ministério da Educação

TDA-Transtorno de Déficit de Atenção

DI-Deficiência intelectual

TEA-Transtorno do Espectro Autista

UB MAPP-Programa de Avaliação e Nivelamento de Marcos de Comportamento Verbal

ABLRS-R-PP3-Avaliação de Linguagem Básica e Habilidades de Aprendizagem-Revisada

PROLEC-Prova de Avaliação dos Processos de Leitura

CONFIAS – Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.2 OBJETIVO ESPECIFICO	12
1.3 METODOLOGIA	13
1.3.1 TIPO DE PESQUISA	13
1.3.2 PROCEDIMENTO TÉCNICO.....	13
1.3.3 PASSOS DA PESQUISA.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	15
2.2 CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CDPD).15	
2.3 DIREITOS HUMANOS	16
2.4 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.....	16
2.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA	16
3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
3.1 SOBRE AS PERCEPÇÃO DA DIRETORA DA ESCOLA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20
3.2 ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE ESTRUTURA DA ESCOLA PARA ATENDER OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....	20
3.3.1 ROTINA PEDAGÓGICA DA TURMA ONDE OS ESTUDANTES ESPECIAIS FREQUENTAM.....	25
3.3.2 ROTINA PEDAGÓGICA DA TURMA DE AEE.....	25
3.3.3 OBSERVAÇÃO DAS AULAS A SALA DE AEE.....	26
3.4 A ESCOLA DE FATO É INCLUSIVA?	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXOS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado a partir da minha formação no magistério que me fez com que eu tive oportunidade de vivência essas realidades com esse público de alunos com deficiência e com alunos sem deficiência em sala de aula me fez ter mais interesse em se saber se há inclusão dos alunos em salas de aula regulares, tem como o objetivo de analisar a pesquisa de documentos que tratam de educação inclusiva no Brasil, a partir do contexto histórico e fazendo observações em uma escola específica de ITAQUI-RS para ver de fato se existe ou não a inclusão em sala de aula.

Entendemos que as reformas educacionais são movimentos planetários, ou seja, são movimentos globalizados de forma que se enraízam de maneira muito diferente das normas para a promoção da inclusão de alunos no sistema educacional.

A concepção inclusiva escolar é muito mais ampla e complexa. Em sua amplitude, a inclusão não se restringe apenas à inclusão dos alunos com deficiência, motoras, sensorial ou cognitiva, mas se estende a todos os indivíduos no processo educacional.

A educação inclusiva é um modelo de ensino contemporâneo que propõe a igualdade nas possibilidades de escolarização com essa visão, busca-se que todos os estudantes, crianças, adolescentes e até alunos do ensino superior tenham direito a educação em um só ambiente.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a situação da educação inclusiva em uma escola localizada no município de Itaqui.

1.2 Objetivos Específicos

Observar a estrutura física de uma escola do município de ITAQUI-RS com o intuito de verificar se existe acessibilidade para os educandos portadores de necessidades especiais.

Investigar a prática pedagógica dos docentes e o preparo dos mesmos para trabalhar com a educação inclusiva.

Observar a presença, ou ausência, de métodos didáticos inclusivos dos professores.

1.3 Metodologia

A abordagem utilizado neste trabalho é essencialmente qualitativo, focado na revisão bibliográfica com análise de dados de campo sobre a educação inclusiva e análise de textos e documentos jurídicos sobre o assunto.

Tendo assim a finalidade de mostrar a importância da educação inclusiva e dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais desde os anos iniciais da Educação Básica, fazendo-se uma análise documental como metodologia de investigação científica, o próprio processo de globalização o que articula para que se faça em âmbito global a inclusão de uma educação inclusiva.

1.3.1 Tipo de pesquisa

Pesquisa exploratória:

Segundo o manual de normatização de trabalho acadêmico, a pesquisa exploratória visa constatar algo, buscar mais informações sobre determinado tema. De acordo com Gil (2009, p. 41) “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses” e caracteriza-se pela existência de poucos dados disponíveis.

1.3.2 Procedimento técnico

De acordo com a forma com que os dados serão tratados, o estudo de caso é o estudo minucioso e profundo de um indivíduo, família ou grupo, onde se investiga vários aspectos, ou um evento isolado. Para Gil (2009, p. 54), o estudo de caso tem aplicação em qualquer área do conhecimento e “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado

conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

1.3.3 Passos da Pesquisa

Primeiramente, foi selecionado o material bibliográfico através de muita leitura de leis para construir as referenciais teóricas da pesquisa foi escolhida essa instituição municipal por ter a sala de aula do A.E.E (atendimento educacional especializado). Depois, foi aplicado um questionário com a diretora da escola para coletar informações iniciais sobre a educação inclusiva na escola com os alunos portadores de necessidades especiais. O mesmo foi composto por 10 perguntas que foram respondidas (anexo 1). Na sequência, foi realizado um processo de inúmeras observações em sala de aula para se perceber se de fato é motivada a inclusão dos alunos com deficiência com os demais colegas e com os professores. Observou-se que as aulas ministradas são aulas preparadas para todos os alunos, ou se são aulas com práticas separadas, ou seja, para alunos sem deficiência e para os alunos especiais.

Os dados foram analisados a através das observações em sala de aula com os demais colegas nas salas regulares onde o aluno frequenta a maior parte de seu tempo, e também nas salas de aula do A.E.E (atendimento educacional especializado), onde os alunos possuem aulas diferenciadas para cada tipo de alunos especiais fazendo as observações em ambas salas de aula e fazendo entrevistas com os professores do educandário da sala do A.E.E e com a professora regente da turma regular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A perspectiva epistemológica deste texto decorre do entendimento de que, a legislação nacional constitui-se na reelaboração reinterpretada de documentos internacionais sobre a inclusão, levando em conta a cultura e o contexto nacional. Essas interpretações demonstram a dinâmica do sistema de cada local. As escolas, por terem certa autonomia frente ao controle federal, estatal e municipal e, por atenderem aos seus contextos, geram novos movimentos de interpretação e recriação de tais documentos, atribuindo significados aos diferentes contextos sociais e políticos.

2.1 Constituição brasileira

Na constituição da república federativa do Brasil (Brasil 1988), o art. 208 afirma que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “[...] III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de Ensino”. Em 1989, a lei nº 7.853/89 sob Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadores de Deficiência (Corde) tratava do apoio e da integração social de pessoas discriminadas pelo o seu desempenho funcional.

Está previsto na nossa constituição de 1988, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), assegurar e promover condições de igualdade fundamentais para as pessoas com deficiências, visando a inclusão social dos mesmos.

2.2. Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD)

No ano 2000 o movimento em prol da educação inclusiva destacou no mundo, foi realizada uma convenção dos direitos das pessoas com deficiência na qual discutiram os direitos humanos dessas com a base de igualdade de oportunidade iguais a todos, sem discriminar nenhum indivíduo pelas suas características. A partir de então, assume-se socialmente que todas as pessoas têm potenciais e devem ser tratadas com dignidade e respeito, sem menosprezar nenhuma pelas suas características diferenciadas, possibilitando a cada um o seu lugar de direito como indivíduos capazes de colaborar conforme os obstáculos que se aparecem na sua

frente.

2.3 Direitos humanos

Na declaração dos direitos humanos fica claro que todas as pessoas nascem livres e com direito à dignidade de serem tratadas iguais perante a lei. O art. Nº 7 diz que todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção a sua deficiência. Isto é, todos têm seu direito à igualdade de proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração dos direitos humanos que é contra a qualquer incitação a tal discriminação.

No entanto, houve um período em nosso país em que a inclusão foi tratada de forma explícita, isso foi durante a ditadura militar, de 1961 a 1985, nesse período existia um centro de assistência voltada aos chamados na época de “deficientes” que ficavam excluídos da sociedade.

Em 1981, o cenário internacional proclama o ano internacional das pessoas com deficiência e o tema desse encontro era tratar a participação plena pela igualdade e tinha como prioridade as pessoas discriminadas pela sociedade.

2.4 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca foi proclamada em 1994 onde ocorreu na cidade de Salamanca na Espanha, em um encontro que reuniu 92 países e inúmeras organizações não governamentais. O movimento de integração requeria mudanças exigindo uma abordagem institucional para que a educação regular e especial se constituísse em uma só.

Mesmo sem efeito legal, essa declaração promoveu a propagação do conceito de educação inclusiva, influenciando a elaboração de políticas públicas que tratassem a inclusão com a sua devida importância, independentemente da deficiência que cada um tivesse.

2.5 Educação inclusiva na escola

A educação inclusiva parte do seguinte pressuposto: de que a educação é um direito de todos. E é deste o princípio básico que dá acesso à permanência na

escola, bem como o Atendimento Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino. O Ministério da Educação (MEC) também dispõe sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação, recomendado nas escolas para integrarem em seus currículos e na formação dos docentes, documento que contém conteúdo éticos, políticos e educacionais para a normalização desses públicos, de acordo com a portaria nº 1793 de 1994.

A educação inclusiva parte de uma ressignificação do direito à educação das pessoas com necessidades especiais e a transformação da educação especial como uma modalidade de ensino, no qual a pessoa possa atuar de forma complementar e não substitutiva na escolarização.

Dessa forma, a educação inclusiva vem para trazer uma mudança dos valores de escola tradicional e busca uma nova reestruturação da educação. Para que aconteça isso, é preciso um processo de transformação do sistema educacional, ainda exclusivamente direcionado a receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente.

A educação inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva e um processo com que se amplia à participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática pedagógica e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que essas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humana e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos os alunos com deficiência.

Na construção de políticas inclusivas, o acesso aos serviços e recursos pedagógicos de acessibilidade nas escolas regulares pode eliminar a discriminação e a segregação, superando o modelo de escolas e classes especiais, transformando a educação e a sociedade em um lugar mais democrático.

A adaptação das escolas e dos profissionais da educação representa um dos desafios para que a inclusão aconteça de forma adequada para atender todas as necessidades dos alunos.

Primeiramente, os professores devem se preparar para encontrar sua sala de aula diversificada e ajustar seu trabalho para atender às necessidades de todos e permitir o desenvolvimento máximo das aptidões dos alunos.

É importante que os professores tenham formação em educação inclusiva para conseguir melhor entender o seus alunos com deficiência e também conseguir elaborar atividades adequadas a eles e estejam engajados para atender a essas

demandas, as escolas devem oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço e apoio às salas comuns que disponha de meios e recursos necessários para a aprendizagem de cada aluno.

A escola tradicional foi planejada para atender um determinado perfil de alunos, a demanda escolar tem estudantes bastante diversificados. Isso exige da escola uma reformatação e inovação em todo o seu sistema com estratégias de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos.

A educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para que isso aconteça é necessário uma transformação do sistema educacional, cuidado exclusivo direcionado para receber de normalidade estabelecida historicamente.

É preocupante o fato de muitas escolas de não assegurarem uma educação de qualidade e ter uma prática que é mais excludente do que inclusiva, pois grande parte das escolas não apresentam condições estruturais nem didático-pedagógicas satisfatórias para atender todas as crianças, além de discriminantes. É preciso transformá-las e esta transformação depende de cada um, da sociedade em geral e principalmente dos professores, pois é um passo importante para que os alunos sejam recebidos em sala de aula de forma igualitária.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

Martins et al. (2008, p. 19) acrescentam que esse é um “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos”. Neste mesmo sentido, Mantoan (2003, p. 19) afirma que o mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”.

A comunidade escolar é um lugar de multiculturas diversificadas e de necessidades diferentes. Essa é uma das principais características que acolhe o indivíduo que nela estuda e que possui diversos aspectos sociais entre outros. E ela é responsável por transformações e alterações da aprendizagem.

Quando nós voltamos o olhar ao aluno portador de necessidades especiais é preciso entender que o processo de ensino e aprendizagem deveria ocorrer em uma

sala de aula regular de forma a banir o pensamento de que esses alunos não são capazes de conviver e aprender com os demais. Não podemos esquecer que esse processo se dá nas classes escolares e na família de forma contínua, mas é na escola que os alunos vêm para aprender os específicos e interagir com outros e construir seus próprios conhecimentos.

O que mais vemos hoje em dia é um discurso pronto, que a escola não possui professores capacitados para receber alunos portadores de necessidades especiais e que não possui nem infraestrutura física, nem materiais didáticos pedagógicos adequados para trabalhar com essas crianças, mesmo que isso seja um direito garantido por lei. Por isso, para que se alcance um resultado mais eficaz é preciso que a escola e a família caminhem em conjunto, em uma educação compartilhada, principalmente em relação aos alunos com deficiência ajudando na qualificação da equipe de profissionais em conjunto com os recursos pedagógicos.

Para falarmos em educação inclusiva é preciso que se abra um amplo debate com professores, diretores, coordenadores, porteiros, entre outros envolvidos no processo, para que se legitime realmente a inclusão. Não basta ter um aluno com deficiência matriculado numa turma regular, pois é prioritário que se tenha uma equipe preparada para recebê-lo para que o aluno se sinta bem e se efetive verdadeiramente a inclusão.

Nos dias de hoje, continua um desafio a inserção de alunos especiais em sala de aulas regulares, pois infelizmente ainda vemos muitas escolas com práticas excludentes, mantendo os mesmos equívocos de segregação de séculos passados.

A lei da inclusão vem provar que as pessoas são igualmente importantes, independentes de suas diferenças e diversidades, fazendo com que o meio escolar seja um ambiente culturalmente rico. Nesse ambiente todos podem se desenvolver, pois são necessários exemplos que superem fraquezas e despertem potencialidades.

O projeto de educação inclusiva vai muito além de simplesmente incluir uma criança especial em um ensino regular, e que o ato de incluir é antes de tudo, uma lição de cidadania e respeito para com o próximo. Por isso, é preciso rediscutir valores e preconceitos que estão enraizados em nossa cultura, mas estamos no caminho para alcançar a inclusão plena, pois é necessária uma reestruturação progressiva, é uma transformação no olhar e do pensar dos professores nas escolas.

3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Sobre as percepções da diretoria da escola sobre educação inclusiva.

O questionário foi realizado na escola municipal de ensino fundamenta de Itaquí-RS, o educandário atende 18 alunos com necessidades especiais, onde ensinamos os mesmos na sala de atendimento educacional especializado.

E disponibilizamos uma classe de atendimento especializado aos alunos. Essa sala tem materiais didáticos como jogos pedagógicos e recursos lúdicos para os alunos utilizarem, sendo o professor que fornece as aulas preparadas e adequadas a cada tipo específico de aluno para melhor atender às necessidades dos mesmos. A sala de atendimento educacional especializado atende alunos com deficiência intelectual, auditiva, autismo e com síndrome de Down.

A entrevista com professores eles relataram que são profissionais qualificados para atendê-los e são oferecidos cursos de capacitação e treinamento aos mesmos.

Esses alunos do nosso educandário frequentam regularmente a sala de aula do A.E.E e utilizam o transporte escolar do município. A escola está investindo em melhorias relacionadas a novas matérias pedagógicas de forma adequada para cada tipo de deficiência e na formação dos professores com cursos de capacitação mais atuais para os mesmos e fazendo com que a escola e a sala de aula tenham cada vez mais acessibilidades a esses alunos.

3.2 Análise sobre as condições de estrutura da escola para atender os alunos com algum tipo de deficiência

A Escola Municipal de Ensino Fundamental tem atendimento especializado com sala de aula de A.E.E. Observou-se que a infraestrutura da escola não é rigorosamente adequada a esse tipo de atendimento porque deveria ter mais acessibilidade e atender as necessidades específicas de cada tipo de aluno especial conforme pode ser observado da figura 1.

Figura 1: Infraestrutura da escola, a imagem mostra como é à entrada da sala de A.E.E dessa escola.



Fonte: Própria autora

Dentro do que se propõem a ser feito é adequada para esses atendimentos possui recursos de materiais didáticos pedagógicos etc.

Na sala do A.E.E pude observar os seguintes aspectos físicos da sala de aula como se pode ver na figura 2.

Figura 2: Aspectos do interior da sala de aula onde são ministradas as aulas aos alunos.



Fonte: Própria autora

A sala não é muito grande, é bem iluminada e também possui uma mesa centralizada que é onde a professora senta com os alunos para dar sua aula como se pode ver na figura 3.

Figura 3: Outra imagem que demonstra como é disposta a sala de aula.



Fonte: Própria autora

A sala de aula dispõem de um tapete emborrachado onde os alunos sentam para fazer as atividades, conforme a vontade do aluno como se vê na figura 4.

Figura 4: Tapete emborrachado utilizado para dar aula no chão.



Fonte: Própria autora

Na mesma sala tem uma estante com alguns jogos didáticos, possui um ar-condicionado para melhor atender os alunos no verão e um quadro branco utilizado para explicar alguma atividade, como se pode observar na figura 5.

Figura 5: Nota-se que essa sala possui uma estante com jogos didáticos e um ar-condicionado.



Fonte: Própria autora

Do outro lado da sala tem uma mesa com um computador que é utilizado pela professora para elaboração das atividades a serem aplicadas em aula. Os alunos também utilizam o computador para fazer atividades pedagógicas on-line, também tem uma impressora usada para imprimir as atividades, como se observa na figura número 6.

Figura 6: Mesa do computador utilizada para realização de atividade on-line.



Fonte: Própria autora

A educadora do A.E.E trabalha nessa área da educação especializada ao atendimento de alunos com deficiência há mais de vinte anos, ela relatou dos desafios que ela encontra na escola no seu dia-a-dia como educadora.

Desafios como a aceitação dos outros professores ao receber os alunos com algum tipo de deficiência em sala de aula com os demais alunos e a inclusão deles em aula. Ela enfrenta obstáculos enormes com os colegas sobre eles fazerem algum tipo de capacitação ou curso para melhor atender aos alunos em sala de aula.

A professora que trabalha no A.E.E tem pedagogia e tem pós-graduação em educação especial e inúmeros cursos sobre educação especial diz que também tenta, por inúmeras vezes, elaborar atividades adequadas a serem trabalhadas em grupo com os alunos (ditos normais) com os alunos com deficiência para que aconteça de fato a tão almejada inclusão dos alunos em aula.

A professora disse que no A.E.E não é obrigatória a frequência dos alunos, uma vez que os mesmos são, às vezes, direcionados para aula e, outras vezes, não. Ela lamenta que assim fica muito difícil desenvolver uma atividade com os alunos pois não há uma frequência assídua dos mesmos. Ela relata que gostaria de existisse uma lei que tornasse a frequência dos alunos obrigatória, pois isso facilitaria no bom desempenho das suas aulas, alcançando assim os objetivos por ela esperado como desenvolver sua coordenação motora fina e ampla e também

como o raciocínio lógico na resolução das atividades.

A professora também comunicou que não existe um planejamento específico que ela use no A.E.E, no primeiro momento em que um aluno vai começar a frequentar as aulas especiais, faz uma entrevista com os pais do aluno para saber mais sobre o aluno e seus hábitos, seus costumes e suas maiores dificuldades e, posteriormente, ela já faz um primeiro contato com o aluno para ela conseguir fazer uma avaliação prévia e assim conseguiu avaliar o nível intelectual e pedagógico do aluno.

3.3.1 Rotina pedagógica da turma onde os estudantes especiais frequentam

Em uma aula com os alunos sem deficiência, o aluno especial deveriam ter engajamento com o coletivo da turma através de atividades que proporcionem a ele uma maior interação com a turma sendo que o professor deve ser o mediador dessa interação e proporcionar atividades para que o mesmo participe com os demais.

No primeiro momento, o aluno se sente retraído, mas aos poucos, no desenvolver da atividade, ele começa a se soltar e a participar.

Percebi que a maneira que a professora age e trata o aluno especial, atenção e com carinho faz com que o mesmo não se sinta diferente dos demais e ao mesmo tempo faz com que o aluno saia de seu mundo imaginário, no qual observei que por muitas vezes, ele se apresenta distante e alheio ao que está se passando ao seu redor, se desligando das atividades propostas em sala de aula.

Essa atenção obtida pela professora só é possível devido à experiência dos anos de trabalho com alunos especiais afirma a professora, devido as capacitações e os cursos por ela realizados no decorrer dos anos dedicado ao melhor atendimento de seus alunos. Observei novamente que ela usa estratégias e métodos adequados e ela usa recursos didáticos em aula para estimular cada tipo de aluno para conseguir promover a participação deles em sala de aula em conjunto com os demais alunos, sempre fazendo com que as atividades sejam em cada área que o aluno se encontra em dificuldade e atraso.

3.3.2 Rotina pedagógica da turma de AEE

A professora relatou que elabora, produz e organiza recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas para cada

aluno da sua sala de A.E.E, também faz e executa um plano de atendimento educacional especializado, acompanhando a funcionalidade dos recursos pedagógicos e aplica na sala de aula comum de ensino regular, buscando sempre táticas para que consiga atingir seus objetivos estabelecidos, articulando com os professores a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos promovendo a participação dos alunos nas atividades escolares.

Na fala da própria professora: Eu ensino os meus alunos a usar os recursos de tecnologia: como a sala de informática, recursos ópticos e não óticos. Como forma de ampliar as habilidades funcionais dos alunos nas atividades escolares, promovo atividades e espaço de participação da família ensinando o que deve ser trabalhado com o aluno em casa e a interação com as atividades sensoriais e assistência social entre os demais alunos.

Diante do exposto é possível observar que meu trabalho realizado no A.E.E é amplamente diversificado e a cada caso exige uma metodologia de trabalho especificado. Assim, considerando o diagnóstico dos alunos atendidos em minha sala de aula, DI (Deficiência intelectual) e TEA (transtorno do espectro autista) e lembrando que na sala de A.E.E não são desenvolvidos os conteúdos específicos do currículo. As metodologias utilizadas são a montessoriana e das inteligências múltiplas. As atividades são desenvolvidas com foco no estímulo das áreas que se encontram em defasagem e no caso do aluno com TEA são utilizados protocolos específicos com UB MAPP (Programa de Avaliação e Nivelamento de Marcos de Comportamento Verbal), ABLLS-R-PP3 (Avaliação de Linguagem Básica e Habilidades de Aprendizagem-Revisada) entre outros.

As avaliações são realizadas por mim mesma no início do ano e no final de cada semestre, a fim de verificar a evolução de cada um dos meus alunos e promover assim o desenvolvimento de todas as novas habilidades.

3.3.3 Observações das aulas na sala de A.E.E

Os atendimentos no A.E.E são disponibilizados aos alunos no horário inverso de aula deles, e são aulas exclusivas dadas aos mesmos e sendo essas aulas de tempo de quarenta e cinco minutos a uma hora, ministradas pela professora do A.E.E.

Em uma das minhas visitas a aula da professora do A.E.E com um de seus alunos que possui a deficiência do autismo. O aluno chegou para o atendimento e a

professora, primeiramente, conversou com o aluno para saber como o mesmo estava. Ela ofereceu quatro propostas de atividade para o aluno para que ele escolhesse o que mais lhe chamasse a atenção, dando a ele a opção de escolha. A atividade sugerida para ele naquele momento foi a resolução de problemas matemáticos, um quebra-cabeças, um exercício de discriminação visual (jogo dos sete erros) e associação de colunas.

O aluno era calmo e de fácil comunicação com a professora, estava no começo da aula muito tímido e a primeira atividade escolhida por ele foi a de resolução de problemas matemático e a professora deu ao aluno para auxiliá-lo um material concreto reciclável de tampa de garrafas PET para lhe ajudar na resolução da atividade como se pode observar na figura 7.

Figura 7: Execução da atividade de problemas matemáticos.



Fonte: Própria autora

A professora se mostrou muito solícita, sempre auxiliando o aluno para que ele conseguisse resolver os problemas matemáticos com êxito, mas no tempo dele, sendo que no começo da atividade ele teve dificuldade para entender o que tinha que ser feito e a professora sempre saneando as suas dúvidas sobre o exercício e assim ele conseguiu fazer a atividade proposta com êxito e, terminada a atividade, a aula foi encerrada.

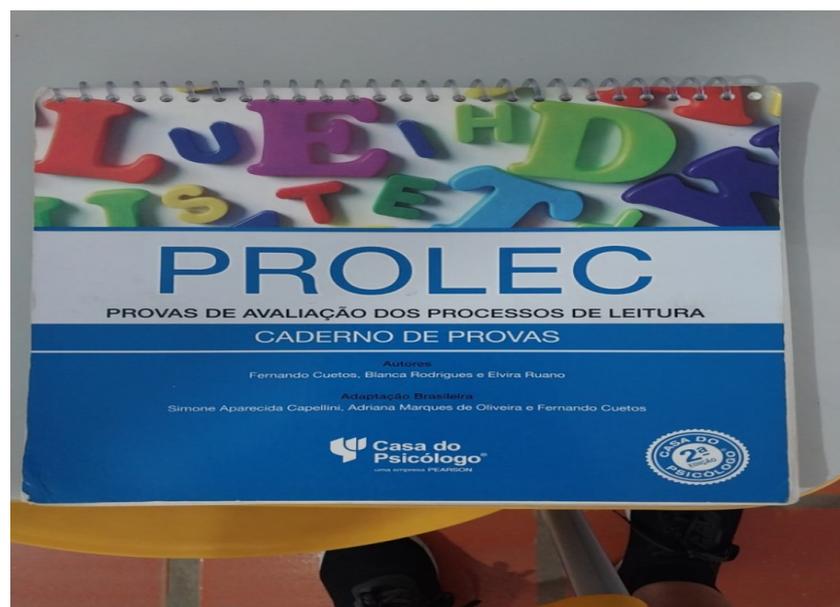
Presenciei o atendimento com a professora do A.E.E e a aula dela com o aluno com deficiência intelectual na qual ela estava fazendo uma avaliação com o

aluno para saber o nível de desenvolvimento do aluno, usando os métodos de avaliação que são o Transtorno de Déficit de Atenção (TDA), uma síndrome, onde a característica principal é a desatenção e a dificuldade em se concentrar, e a Prova de Avaliação dos Processos de Leitura-PROLEC que tem por objetivo avaliar os diferentes processos de dificuldade em sua aprendizagem e quais os processos que são responsáveis por essas dificuldades.

A professora faz essa avaliação com todos os alunos no início do semestre para saber qual o nível de primeiro ano até o nono ano e da dificuldade de cada um porque ela só tem uma aula por semana com cada aluno e para assim saber quais são as dificuldades de cada um.

O PROLEC é o material utilizado na avaliação e esse material de avaliação foi comprado exclusivamente pela professora para serem usados com os alunos isso porque nunca há verbas para se comprar esse tipo de material, como se vê na figura 8.

Figura 8: Material utilizado para fazer a avaliação.



Fonte: Própria autora

Foi ainda desenvolvida uma avaliação com o aluno com deficiência intelectual e o mesmo começou a ler as letras do alfabeto para fazer o reconhecimento das mesmas, depois ele leu as palavras que estavam em fileira para ver se ele identificava as palavras e escrevia igual ao que ele leu. E em outra folha ele teve que diferenciar entre as palavras que existem das outras palavras não existentes e ler para a professora, nessa atividade ele disse corretamente todas as palavras. Logo em seguida, foi dada uma outra atividade ao aluno que ele tinha que observar

as imagens e identificar quais as frases estava descrevendo a imagem que ele está vendo.

Observei na minha terceira visita que na chegada da aluna com deficiência intelectual, a professora sempre conversava para se saber como estava a aluna, a professora fez a atividade que se chama quatro palavras e uma frase e a aluna deveria escrever em um caderno as palavras que a professora ditou e a frase como ela entendia que seria escrito para a professora saber qual era o nível de dificuldade de escrita. Essa aula foi o primeiro atendimento da aluna com a professora na sala de A.E.E, como se pode se ver na figura 9.

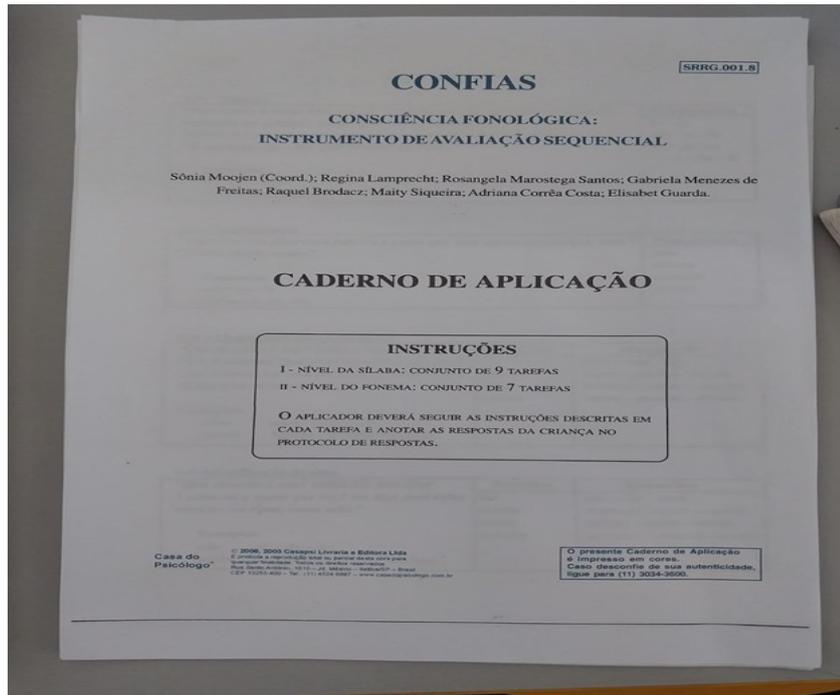
Figura 9: A aluna executando a atividade



Fonte: Própria autora

Após, a professora fez outra avaliação com a aluna, chamado de CONFIAS (Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial), um instrumento que tem como objetivo avaliar a consciência fonológica de forma abrangente e sequencial, como se observa na figura 10. No qual a aluna tem que identificar o nome das imagens, ler as palavras e ver qual palavra rima com a imagem mostrada. Depois disso, tem que falar as palavras que comecem com algumas das famílias silábicas soletradas pela professora. E em outra atividade a aluna teve que desembaralhar as sílabas para descobrir qual é a palavra escrita e assim com essas atividades foi trabalhado o som das letras e o raciocínio lógico.

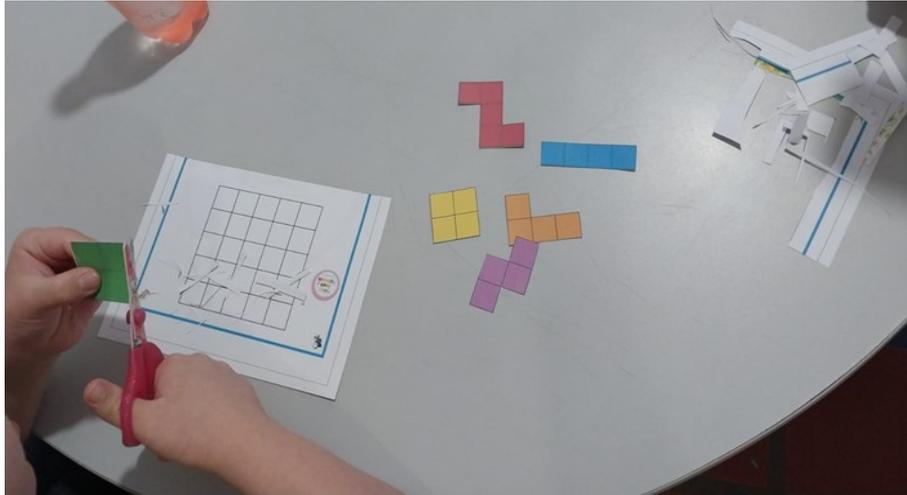
Figura 10: Método de avaliação CONFIAS.



Fonte: Própria autora

Notei na quarta visita à sala de aula do A.E.E a aula de professora com um aluno com síndrome de down, ela apresentou a primeira atividade que trabalha a motricidade fina, a percepção visual, o raciocínio lógico e a noção de espaço. Essa atividade desenvolve todas essas áreas mencionadas, as figuras, depois de recortadas, deveriam ser montadas dentro de um quadro parecido com o jogo (tetris) como pode ser visto na figura 11.

Figura 11: Atividade de raciocínio lógico.



Fonte: Própria autora

A atividade seguinte proposta pela professora foi fazer o contorno de uma figura de um coelho com tinta, trabalhando a coordenação motora e noção espacial como pode se observar na figura 12.

Figura 12: Atividade de noção de espaço através de contornar com tinta uma imagem.



Fonte: Própria autora

Na sequência, a atividade feita com a aluna foi de reconhecimento das

imagens através da leitura da mesma e escrevendo os nomes das imagens conforme as cartas pedem ou imitar os bichos como se vê na figura 13.

Figura 13: Atividade de reconhecimento de imagens.



Fonte: Própria autora

3.4 A escola de fato é inclusiva?

Na minha observação, constatei que deve haver mais inclusão em sala de aula, pois as atividades são dadas em folhas fotocopiadas ou no quadro branco e em livros diferenciadas das dos alunos ditos normais também não identifiquei o uso de matérias lúdico pelos professores e a maioria dos materiais usados por eles são ultrapassados e velhos, não sendo adequado para esse tipo de aluno especial o que não desenvolve nada ao desenvolvimento dos alunos dando os especiais como os alunos ditos normais, já a estrutura física da escola é inadequada para receber os alunos, pois a sala de aula é pequena, sem uma infraestrutura adequada. Observei que não existe de fato a inclusão em sala de aula e que, infelizmente, a inclusão parece que só se dá realmente no papel, pois na prática não existe inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva em uma escola municipal de ITAQUI-RS como se processa a participação e a aprendizagem dos alunos especiais, contribuindo para a construção de uma nova cultura de valorização e inclusão das diferenças. Este trabalho destacou em seus tópicos, o valor de rever as práticas pedagógicas e as metodologias utilizadas nas escolas para que esses possam se tornar verdadeiramente espaços inclusivos. Entretanto, a questão da escola regular ressaltando-se o papel dos políticos públicos como instrumento orientador do espaço escolar com a participação e comprometimento dos professores na execução e a preparação das suas metodologias usadas para que aconteça verdadeiramente a inclusão na educação.

Entendendo-se que a inclusão dos alunos especiais na escola é um processo extenso e lento, portanto ainda é difícil de ser trabalhado completamente na escola necessita de esforço dedicação e vontade, pois mudar um modelo de ensino exclui o que já é posto há décadas, abolindo as barreiras e impedem novas ações e difícil e demanda tempo para que se crie de verdade uma educação inclusiva.

O presente trabalho nos faz ampliar a visão sobre a educação inclusiva de modo mais amplo e nos faz refletir sobre o compromisso de continuar nossos estudos a fim de estarmos mais capacitados para contribuirmos com o ensino desses alunos especiais e necessitam muito de cada um dos profissionais como também de muito afeto e respeito por cada um dele nesse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde**, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NETO, A.O.S.; ÁVILA, E.G.; SALES, T.R.R.; AMORIM, S.S.; NUNES, A.K.; SANTOS, V.M.; **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018.

ANEXOS

Anexo I – Questionário usado para entrevistar a professora.



Questionário sobre a inclusão nas escolas

- 1) Quantos alunos com necessidades especiais a escola atende?
- 2) A escola disponibiliza de sala de AAEE?
- 3) Quais os materiais didáticos que a escola possui para atender esses alunos?
- 4) Existe preparação de aulas específicas para atender essa clientela de aluno com deficiência?
- 5) Desde que ano é disponibilizado atendimento na escola?
- 6) Quais são os tipos de deficiência se encontram na escola?
- 7) A escola possui professores qualificados para atender essas deficiências em seus alunos?
- 8) A escola ou a secretaria de educação propicia curso de capacitação e treinamento a estes professores?
- 9) Quais as características dessa clientela na escola?
- 10) O que você acha que deveria ser feito para melhorar a educação inclusiva na escola?